

# RELATÓRIO ANALÍTICO

PROJETO: QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL POR MEIO DA MONITORIA E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DA SUSTENTABILIDADE NO LITORAL SUL DA BAHIA.

## **RELATÓRIO ANALÍTICO**

**PROJETO: QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL POR MEIO DA MONITORIA E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DA SUSTENTABILIDADE NO LITORAL SUL DA BAHIA.**

**NOVEMBRO/2011**

## SUMÁRIO

<b>1 – Contextualização.....</b>	<b>04</b>
<b>2 – Identidade.....</b>	<b>05</b>
<b>3 – Capacidades Institucionais.....</b>	<b>07</b>
<b>4 – Gestão do Colegiado.....</b>	<b>08</b>
<b>5 – Avaliação de Projetos.....</b>	<b>11</b>
<b>6 – ICV.....</b>	<b>12</b>
<b>6.1 – Pesquisa qualitativa da situação sócio-econômica da agricultura familiar no território.....</b>	<b>12</b>
<b>7 – Análise Integradora de Indicadores.....</b>	<b>22</b>
<b>8 – Propostas para ações no Território Litoral Sul da Bahia....</b>	<b>25</b>
<b>9 – Anexos.....</b>	<b>xx</b>

# 1 – Contextualização

A política de territórios no Litoral Sul da Bahia iniciada em meados de 2003, a partir da 1ª Oficina Territorial, onde foi constituído o Grupo Gestor do Território Litoral Sul da Bahia. A partir desse marco inicial foram desenvolvidas as competências territoriais advindas do sentimento de pertencimento dos atores sociais, sendo eles, instituições federais, estaduais, municipais, movimentos sociais, ONG's, Cooperativas, dentre outras, que resultou na formação de um território diverso, localizado em sua maior parte na Região Litorânea Sul do Estado da Bahia, composto por 26 municípios, distribuído numa área de 15.886 km<sup>2</sup>, abrangendo uma população de aproximadamente 843.901 (IBGE, Censo Demográfico 2000) sendo estes divididos em 04 sub-territórios:

- **Sub-Território Camacan:** Pau-Brasil, Arataca, Jussari, Santa Luzia e Mascote.
- **Sub-Território Ilhéus:** Maraú, Itacaré, Uruçuca, Canavieiras, Aurelino Leal e Una.
- **Sub-Território Itabuna:**
  - Núcleo I:** Itabuna, Itapé, Itajú do Colônia, Floresta Azul, Barro Preto, São José da Vitória, Buerarema, Ubaitaba e Aurelino Leal.
  - Núcleo II:** Itajuípe, Coaraci, Almadina e Itapitanga.

Caracterizado por apresentar um clima tropical úmido, no qual o seu quadro natural (relevo, solos, cobertura vegetal e a rede hidrográfica), influencia nos padrões de uso da terra e conseqüentemente, na economia regional. As temperaturas médias variam entre 22° e 25°C, sendo maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira, devido à alta frequência de nebulosidade. O regime pluviométrico é regular com chuvas abundantes distribuídas durante o ano, e nas bacias hidrográficas existentes destacam-se os rios de Contas, Almada, Cachoeira, Prado, Jequitinhonha, Una e Mucuri.

O Território Litoral Sul possui diversos segmentos econômicos dentre os quais se destacam culturas como cacau, banana, café, mandioca, seringueira, coco e dendê. Este Território compreende em sua grande parte áreas remanescentes de Mata Atlântica, sendo que este ecossistema está entre as cinco regiões do planeta de maior prioridade para a conservação da biodiversidade, um dos *hottest Hotspots*, ou seja, uma área rica em biodiversidade e ameaçada do mundo.

A história da cacauicultura na Bahia se confunde com a própria história da região, pois, o cacau fez o desbravamento para o interior, fundou cidades, formou gerações. O cacau criou uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada pela atividade agrícola. Sendo assim nota-se uma

ligação estreita entre a questão agrária retratada no Território Litoral Sul e a saga do cacau, enquanto sustentáculo socioeconômico e cultural de uma região.

Com a crise da lavoura e a diversificação de culturas, muitos dos produtores não obtiveram êxito econômico em suas novas atividades, e acabaram se endividando, ficando sem condições de continuar produzindo em suas propriedades. Com isso veio o desemprego e conseqüentemente o êxodo rural, gerando uma verdadeira legião de desempregados do campo, causando então a substituição das grades e médias propriedades por mini-propriedades, advindas principalmente da reforma agrária.

Os sistemas agroflorestais com espécies tais como, seringueira, pupunha, dendê, piaçava e banana, plantadas na região, servem como opções para diversificação aliado as práticas sustentáveis, pois, a região possui experiência e tecnologia de produção, e se encontra no corredor central da Mata Atlântica.

A criação de bovinos é uma atividade econômica de grande relevância para o Estado da Bahia. O rebanho no Território Litoral Sul passou de 427.483 bovinos em 1991 para 481.122 em 2003 em escala crescente, com 12,54% de aumento do rebanho. Dentre os municípios, Camacan, Ilhéus, Itapé e Mascote foram os que tiveram maior evolução. Um dos fatores que contribuíram para esse crescimento é a crise que vem ocorrendo com a cacauicultura na região, que deixou de ser uma atividade secundária do cacau tornando-se a principal.

É nesse contexto de alta diversidade e complexidade cultural onde se encontram indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais de negros e população urbana, estrutura socioeconômica diversa e grande importância ambiental que está inserido o Território Litoral Sul da Bahia.

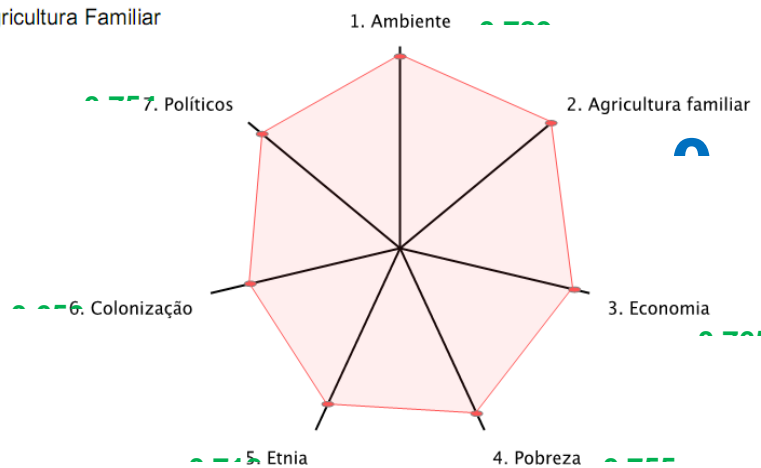
## **2 – Identidade**

Os resultados apontaram para uma Identificação direta com a economia do cacau e a agricultura familiar e outras comunidades tradicionais, fato que pode estar relacionado com todo o histórico de ocupação do espaço e trajetória econômica e fundiária do Território. Nota-se a influência direta de entidades ligadas a movimentos sociais, políticas públicas postas em prática através dos órgãos oficiais de pesquisa e assistência técnica, demonstrada pelas necessidades e anseios da parcela social representada pelos agricultores familiares do território, sejam eles, quilombolas, indígenas, assentados de reforma agrária ou pequenos agricultores individuais.

Todos os indicadores que compõe a identidade territorial no Litoral Sul tiveram

expressividade, sendo classificados entre alto e médio alto. No entanto, o colegiado territorial quando indagado sobre o nível de importância de cada indicador, apontou em sua grande maioria, para a forte representação da agricultura familiar, sendo essa a identidade territorial. A esse respeito é possível inferir que tal expressão, deve-se a grande representatividade e participação dos agricultores familiares através de movimentos sociais diversos nas discussões territoriais. Na sequência, em ordem decrescente aparecem os seguintes indicadores: o fator Ambiente, fruto da relação histórica homem x natureza representado pelo sistema cacau-cabruca, que garante a esta região uma paisagem florestal contínua formado por áreas de plantios de cacau e remanescentes florestais; a Economia aparece com grande importância na formação da identidade, relacionada diretamente com a cacauicultura e sua história; posteriormente aparecem os indicadores Pobreza e Político. O primeiro relacionado ainda a forte desigualdade social, herança das épocas áureas do cacau, bem como de sua decadência que gerou um passivo socioeconômico sentido até a atualidade. O segundo, possivelmente relacionado ao definido e expressivo posicionamento partidários das organizações que compõe o colegiado e que dialogam sobre a construção de bases sustentáveis para o desenvolvimento territorial; A Etnia e a Colonização, também aparecem com expressividade, relacionadas com a questão indígenas, a demarcação de Terras Indígenas, a reflexos da decadência da cacauicultura e do conseqüente desemprego na região, êxodo rural e desencadeamento dos processos de luta pela terra e reforma agrária.

IDENTIDADE: Agricultura Familiar



Legenda:

- 0,00 - 0,20 = Baixo
- 0,20 - 0,40 = Médio Baixo
- 0,40 - 0,60 = Médio
- 0,60 - 0,80 = Médio Alto
- 0,80 - 1,00 = Alto

Figura 01: Identidade Territorial no Território Litoral Sul da Bahia.

### 3 – Capacidades Institucionais

Apesar dos esforços do Grupo Gestor Executivo a diversidade de instituições componentes do Colegiado, a grande divergência de interesses existente e a falta de uma política de solução de conflitos (gráfico 02), se apresenta como um entrave ao desenvolvimento da política territorial. Dos diversos seguimentos representados no colegiado territorial as organizações da sociedade civil, principalmente os movimentos sociais têm uma participação mais ativa no desenvolvimento das capacidades institucionais do Território, seguidas por instituições públicas de assistência técnica, crédito e apoio as atividades agrícolas. Apesar da participação nota-se que a gestão do colegiado ainda é marcado pela disputa de poder político e pela falta de relações de confiança, não havendo ainda uma perspectiva de pactuação e de articulação de projetos e serviços institucionais como o objetivo de estabelecer processo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Além disso observa-se também um distanciamento das instância do poder municipal, que em poucos casos possui iniciativas singulares de forma isolada representadas por algumas secretarias de governo, com destaque para Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente.

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

ICI: 0,400

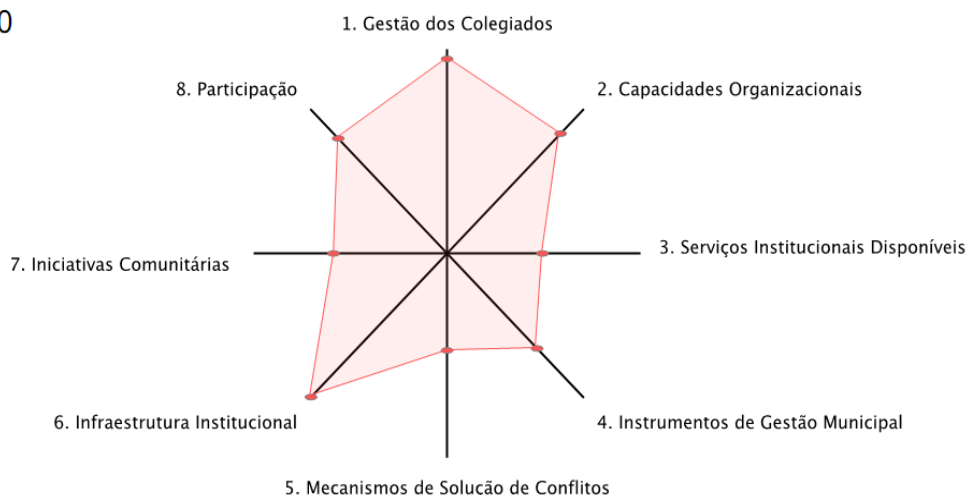


Figura 02: Índice de Capacidades Institucionais no Território Litoral Sul da Bahia.

Por esses motivos a participação das instituições componentes do Colegiado Territorial em sua totalidade não apresentam uma participação efetiva na tomada de

decisões fato que compromete a legitimidade de algumas ações aprovadas pela plenária.

Nesse sentido, ao se analisar o ICV do Território Litoral Sul, foi observado um índice de 0,4 que representa uma capacidade média baixa de gestão dos itens pesquisados, merecendo destaque para ausência e/ou deficiência de mecanismos para solução de conflitos, sendo citado pela maioria dos entrevistados o uso do recurso de recorrer a promotoria pública para mediação de conflitos de natureza diversas.

Percebe-se que a presença de iniciativas comunitárias sem o auxílio do governo, são pouco expressivas, demonstrando a dependência da maioria dos municípios aos recursos públicos para o desenvolvimento de ações sociais ou ambientais.

Na avaliação do item serviços institucionais disponíveis fica evidente que a maioria dos municípios não possui instrumentos de apoio ao produtor rural, sejam eles a própria secretária de desenvolvimento rural ou similar, assistência técnica ou parcerias com estes para quaisquer finalidades de apoio a produção. Além disso é notável a falta de um trabalho de articulações de parcerias com foco nas competências para a formação de Arranjos Produtivos Locais com base nas potencialidades do território, relacionado ao seu capital humano e social e aos seus ativos endógenos.

Neste sentido a Célula de acompanhamento iniciou uma discussão com o Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, para a formação de um banco de dados das competências presentes no território Litoral Sul, representados pela UESC, CEPLAC, Instituto Federal Bahia, Instituto Federal Baiano, SEBRAE e futuramente a Universidade Federal do Sul da Bahia. Para o levantamento das competências institucionais das instituições que compõem o Grupo Gestor do território será realizado uma pesquisa a partir de janeiro de 2012.

A infraestrutura territorial conta com apoio de instituições parceiras, tais como, cooperativas, associações e outras ONG's, além de Órgãos como UESC, CEPLAC, EBDA e INCRA. E mais recentemente a implantação do IFBA e IF Baiano, sendo que entre os cursos superiores previstos, estão o de Gestão em Turismo e Tecnológico em Agroecologia, previsto para o segundo semestre de 2012. Cabe relacionar ainda o Centro Estadual de Educação no Campo Milton Santos, localizado no Assentamento Terra Vista em Arataca, e que possui cursos de nível médio nas áreas de Agroecologia, Meio Ambiente, Zootecnia, Agroindústria e Informática.

Essas instituições de certa forma abrigam projetos estruturantes e produtivos de apoio às demandas territoriais. No entanto não existe uma articulação maior no sentido de uma ação coordenada em torno de um projeto estruturante, e sim iniciativas isoladas atendendo em parte a necessidade de assistência e de outro lado as políticas internas de cada instituição. Dessa forma a execução de projetos e ações é desenvolvida de forma difusa, sem uma integração maior e seguindo agendas diversas, em alguns casos ocorrendo uma sobre posição de esforços em algumas áreas e em outras a carência por serviços. O que acarreta a



desmobilização de alguns setores ligados ao Território, e a baixa captação e acesso aos recursos disponíveis.

Como forma de formar capacidades no campo da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, a célula de acompanhamento tem estimulado a formação de uma rede em agroecologia, liderado pelo IF Baiano, Centro Milton Santos e a UESC, visando estabelecer um marco referencial para o desenvolvimento sócio-produtivo do território capaz de integrar as ações e promover articulações em torno de eixos estruturantes do PTDS.

## 4 – Gestão do Colegiado

Na gestão do colegiado ficou demonstrado que os principais atores responsáveis pela tomadas de decisão no território Litoral Sul da Bahia são os representantes das entidades ligadas a agricultura familiar e os representantes de movimentos sociais, em sua maioria.

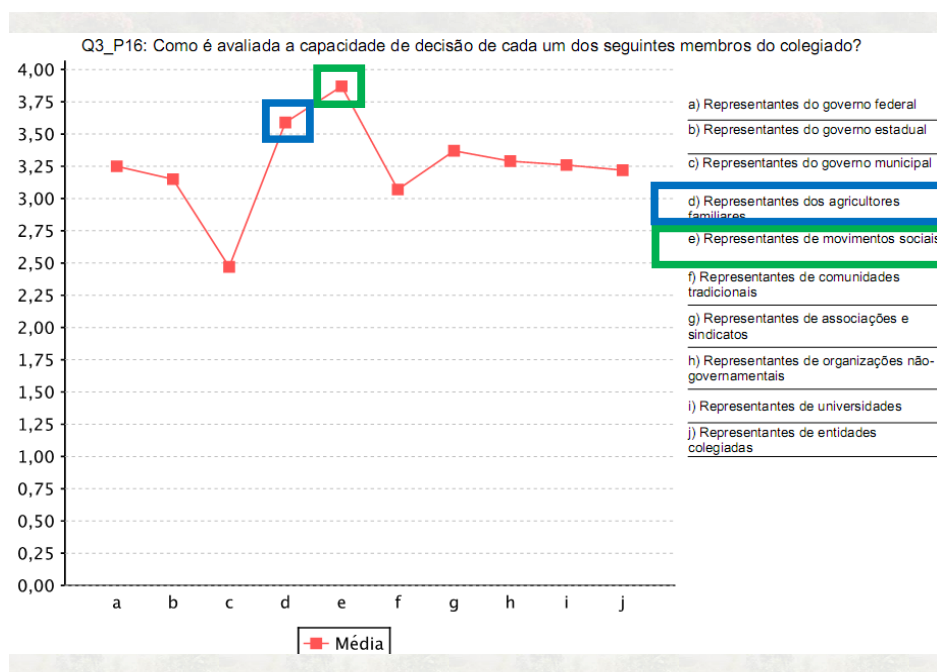


Figura 03: Capacidade de decisão Colegiado no Território Litoral Sul da Bahia.

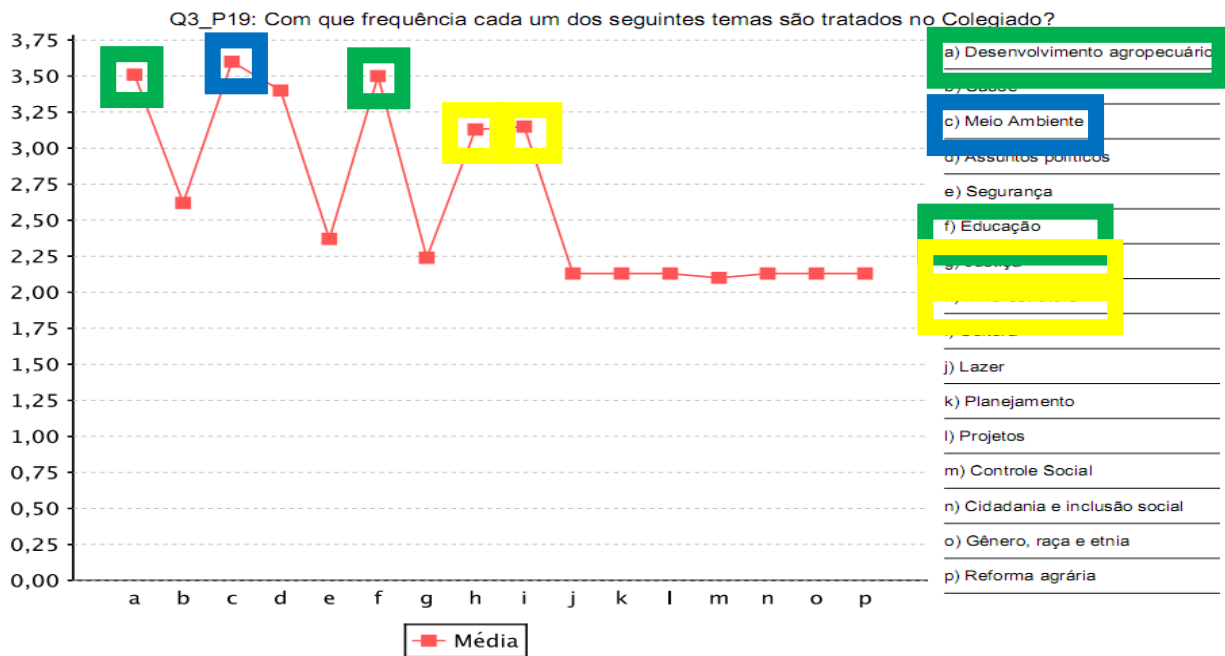


Figura 04: Frequência de discussão dos temas no Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia.

Todos os membros ativos do colegiado foram entrevistados, totalizando 68 representantes de instituições, para fazer a avaliação da gestão do colegiado. Estes dados quando apresentados aos membros do GGE na oficina de planejamento, foram avaliados da seguinte forma:

- Em relação à formação e organização do colegiado, apesar de em média, acima de 50% de seus membros demonstrarem conhecer seu funcionamento, o GGE aponta a falta de informação do restante e a alta rotatividade de representantes de algumas instituições, sendo estas principalmente as instituições públicas. Assim estes por serem membros recentes do colegiado, não possuem nível de informações suficientes para responder aos questionamentos, nem tão pouco conhecem o histórico de participação de sua instituição nas atividades do colegiado territorial;
- Quanto à capacidade de decisão dos membros do colegiado a maioria concorda que os movimentos sociais são os que apresentam maior expressão, seguidos pelos representantes dos agricultores familiares. Foram identificados como de menor capacidade de decisão os representantes do governo municipal. De acordo com a leitura do GGE, isso se deve a baixa participação destes;
- O meio de comunicação apontado como mais eficiente é a internet, através de e-mail, posteriormente o pessoal, boca-a-boca e a mídia focal, cartazes e faixas. Tal avaliação mostra a eficiência do grupo de discussão existente, onde as informações são repassadas por e-mail. Os que não possuem

- acesso à internet obtêm a informação através de “boca-a-boca”;
- Os temas apontados como sendo os que com frequência são discutidos e encaminhados são o desenvolvimento agropecuário, meio ambiente e saúde. Diretamente relacionados à revitalização da cacauicultura, verticalização da produção, acesso a terra, instalação do complexo intermodal Porto Sul e a precariedade do sistema de saúde no território como um todo;
  - Os membros do colegiado avaliam que o principal problema na gestão do território é a baixa participação dos gestores públicos municipais, dos produtores rurais e a baixa capacidade técnica de elaboração e avaliação de projetos. Sendo o colegiado territorial um importante espaço de integração e democratização, que permite o planejamento participativo e de tomada de decisão é de fundamental importância a participação de todos os atores territoriais. Neste sentido a participação dos gestores municipais é fundamental, para que conheçam as necessidades de seus municípios e somem esforços em pleitos junto aos governos estadual e federal;
  - Quanto ao conhecimento e participação dos membros do colegiado no planejamento e construção do PTDS fica evidente que aproximadamente 50% não conhece de fato qual foi a atuação do colegiado, isso também se deve a alta rotatividade de membros, de acordo com o GGE. Pois a maioria relata ter participado ativamente de sua elaboração, demonstrando conhecer o plano;

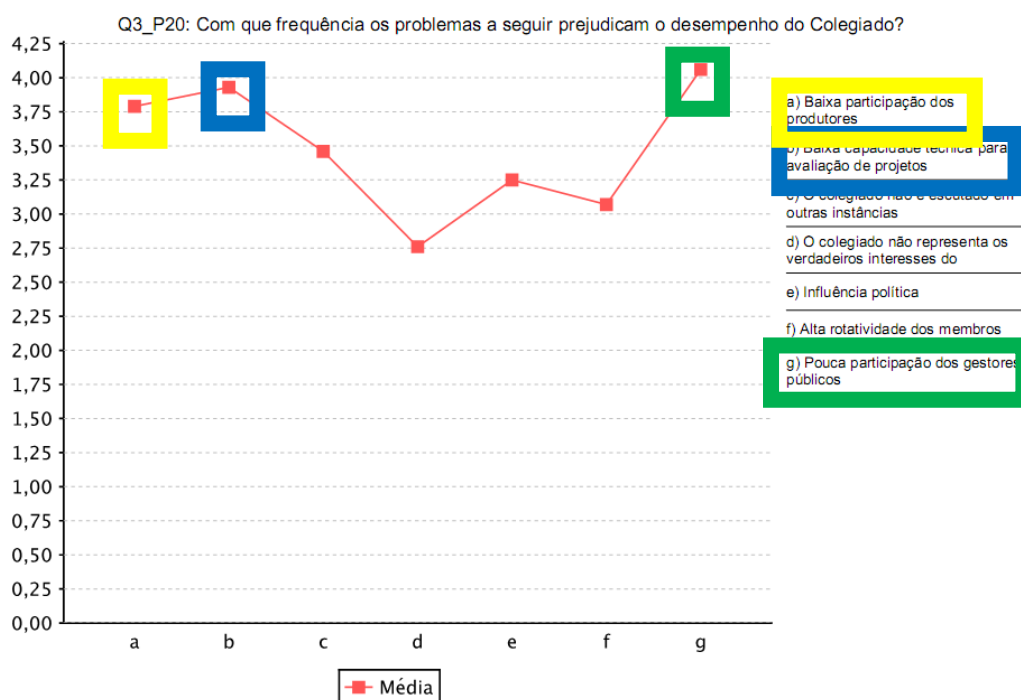


Figura 05: Frequência dos problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado no Território Litoral Sul da Bahia.

- A tomada de decisão é feita por votação;
- A gestão de projetos divide opiniões dos membros do colegiado. São apresentadas as seguintes opiniões em proporções iguais que apontam que os projetos são priorizados por análise de viabilidade técnica, avaliação interna de mérito e seleção com base em critérios;
- Por fim, em relação à capacitação percebe-se que os membros do colegiado passaram por diversas formações, apenas 4% de seus membros relata não ter feito nenhum tipo de curso. Essa pequena porção foi identificada como sendo membros novos, que estavam participando pela primeira vez de eventos do colegiado.

É importante perceber que esse fato pode ser comprovado quando observamos o histórico de ocupação da terra nesses municípios, onde a cultura do cacau que se apresentou como grande captadora de mão-de-obra, o seu declínio ocasionou grandes mudanças na dinâmica populacional do território.

Os trabalhadores remanescentes dessa cultura passaram a povoar as zonas periféricas dos municípios e outra parte, que continuou na zona rural ficou em completo estado de abandono, fato que gerou a proliferação de entidades representativas dos interesses dessa parcela importante da Sociedade do território Litoral Sul. Portanto, com o surgimento da política territorial foi observada a adesão mais maciça dessa parcela da população, que vê com bons olhos a possibilidade de participação na elaboração das políticas públicas das quais irão se beneficiar. Por isso o fato de que temas como desenvolvimento agropecuário, meio ambiente e educação são os mais debatidos nas plenárias territoriais.

Contudo a baixa participação de agricultores (não apenas através de representantes), dos gestores públicos, principalmente da esfera municipal aliada a baixa capacidade técnica para elaboração de projetos representam problemas sérios enfrentados pelo território. Esses fatores se apresentam como entraves para o desenvolvimento da capacidade de gestão do Colegiado e acabam por dificultar a expansão da política de territórios no Litoral Sul da Bahia.

Como já citado anteriormente, três ações tem sido empreendidas pelo célula de acompanhamento com a concordância e participação do colegiado, como forma de superar tais problemas, a formação de uma rede em agroecologia, banco de competências e a retomada das ações do núcleo técnico do colegiado que possa apoiar a elaboração de projetos.

Além disso no campo das articulações com o poder público municipal, a Pró-Reitoria de Extensão da UESC criou um fórum de articulação das Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente.

## **5 – Avaliação de Projetos**

Para avaliação dos projetos foram selecionados os que se enquadram no perfil desejado para essa fase de avaliação, de acordo com as orientações da SDT. Assim foram identificados apenas 02 projetos (Prefeitura Municipal de Buerarema – Projeto: Apoio a Agroindustrialização das atividades produtivas dos Agricultores Familiares; e Arataca – Projeto: Aquisição de equipamentos para unidades de transformação e beneficiamento de agroindústrias de cacau, banana e polpa de frutas.) para avaliação. Entretanto devido às alterações administrativas promovidas pelo processo eleitoral nas prefeituras impossibilitou a avaliação desses projetos, já que, nenhum dos membros da atual gestão tem conhecimento real dos projetos. Dessa forma o trabalho de avaliação ficou comprometido, impossibilitando a finalização dessa etapa.

## **6 – ICV (Índice de Condições de Vida)**

Tendo como setores censitários as localidades do Rio do Braço e Aritaguá em Ilhéus, além dos municípios de Mascote, Itajuípe, Coaraci, Camacan, Santa Luzia, Una, Arataca e Maraú, foi realizada a coleta de dados referente à avaliação do ICV. Observou-se a percepção da população do território em relação aos indicadores do desenvolvimento rural que favorecem o desenvolvimento, as características do desenvolvimento e os efeitos desse desenvolvimento.

Em relação aos fatores do desenvolvimento o nível de escolaridade, acesso a crédito e assistência técnica, além do acesso a mercados consumidores, se apresentaram como principais entraves ao desenvolvimento no Território. Nota-se que a falta de organização da produção e das entidades dos agricultores familiares acarretada também pela falta de uma cultura associativista, contribui significativamente para o nível de desenvolvimento e das condições de vida no Território.

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

ICV: 0.478

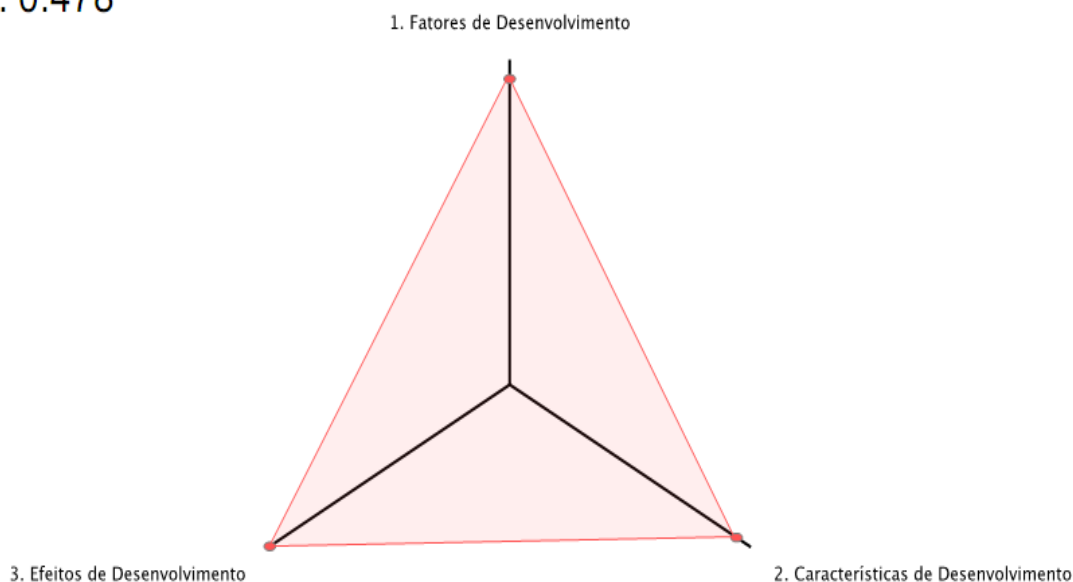


Figura 06: ICV – Índice de Condição de Vida no Território Litoral Sul da Bahia

## 6.1 Pesquisa qualitativa da situação sócio-econômica da agricultura familiar no território

Como forma de aprofundar nas questões relativas a situação econômica do território, com ênfase na cultura do cacau e na relação agricultura patronal e familiar, visando subsidiar projetos de desenvolvimento previstos no PTDS, foi realizada uma pesquisa qualitativa que ajudasse a entender os resultados do ICV aqui apresentados.

Utilizando a base de dados secundários do centro de extensão da CEPLAC de 8.873 produtores e da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), e complementarmente a metodologia de pesquisa com informantes chaves foram entrevistados cerca de 153 agricultores patronais, empresas ou seus representantes, assentados e agricultores familiares, estas entrevistas foram realizadas pela equipe do Instituto Cabruca e já vinham sendo coletadas, anteriormente ao início do projeto e envolvia os territórios Baixo Sul e Médio Rio de Contas, forma então separados os dados do Litoral Sul e realizados mais 42 entrevistas como forma de tornar os resultados mais significativos.

Os resultados da pesquisa em bases secundários demonstraram que a Região Litoral Sul se destaca entre as Regiões Econômicas produtoras de cacau no Estado, concentrando a maior parte da área plantada (56%) e da produção (43%) (SEI, 2008). Apesar da alta produção, a região Litoral Sul possui a menor produtividade média por hectare entre as principais Regiões Econômicas que cultivam cacau (SEI,

2008), o que pode estar associado ao fato de ter sido a região mais afetada pela crise da lavoura cacauzeira (Tabela 1).

Além do cultivo de cacau, a região possui cultivos de dendê, banana, mandioca, seringueira, coco, guaraná e café (SEI, 2008).

O cultivo de cacau foi estabelecido na região no modelo agrícola da grande propriedade ou *plantation*, especializada no cultivo de cacau e algumas outras poucas *commodities* como café e seringueira, mas nunca em cultivos de subsistência. O proprietário da grande propriedade geralmente não residia no estabelecimento e adotava uma gestão ausenteísta, pouco atenta às necessidades de melhorias técnicas do cultivo e beneficiamento do produto. O que de fato ficou comprovado quando da aplicação das entrevistas.

Tabela 1 – Dados referentes à cultura do cacau nas principais Regiões Econômicas da Bahia produtoras de cacau.

<b>Região Econômica</b>	<b>Número de municípios produtores de cacau</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Produtividade (kg/ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Área plantada (ha)</b>
Litoral Sul	52	100.156	238	420.554	460.269
Extremo Sul	18	14.684	309	47.484	50.702
Sudoeste	13	7.453	289	25.776	27.228
Recôncavo Sul	15	8.646	540	16.024	17.697
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>130.939</b>		<b>509.838</b>	<b>555.896</b>

Fonte: SEI, 2008. Municípios em síntese. Cultura por município 2008. IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal.

Segunda a análise de dados secundários da CEPLAC na classificação dos estabelecimentos rurais com base no critério dimensão da propriedade, conforme a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2007), os pequenos estabelecimentos rurais (20 a 80 hectares) foram os mais representativos, com 46,2% dos imóveis rurais, seguidos dos minifúndios (área menor do que o módulo fiscal regional de 20 hectares) com 34,7% e das médias propriedades (> 80 a 300 hectares) com 16,5% . As grandes propriedades (> 300 hectares) foram as menos representativas, com 2,6% dos imóveis rurais da amostra analisadas.

Os estabelecimentos rurais menores que 80 hectares (minifúndios e pequenas propriedades) representaram 80,6% do número total de estabelecimentos rurais e ocuparam 38,6% da área total enquanto que aqueles maiores que 80 hectares (médias e grandes propriedades) compuseram 19,4% dos imóveis rurais, ocupando 61,4% da área total. Esse grau de concentração da terra, no entanto, está subestimado, uma vez que é frequente na região o fenômeno de um mesmo proprietário possuir dois ou mais imóveis rurais no mesmo ou em diferentes municípios da região. De fato, a análise dos dados dos questionários revelou que 52% dos proprietários de estabelecimentos rurais possuíam um ou mais imóveis rurais na região.

Os minifúndios exibiram a maior concentração no cultivo de cacau (67,6%) e a mais alta produtividade média (216 kg/hectare), ainda que no nível de produtividade baixo. É interessante notar que o nível de concentração na cultura do cacau diminuiu à medida que se passou da categoria minifúndio às categorias de maior dimensão. Não houve diferença significativa entre os valores de produtividade obtidos pela média e grande propriedade, que tiveram, porém, valores de produtividade menores que a pequena propriedade e o minifúndio (Tabela 2). Essa análise mostrou que os minifúndios, em média, têm uma maior concentração nesta *commodity* e fazem um uso mais eficiente dos fatores de produção do que as propriedades de maiores dimensões.

Tabela 2. Médias de concentração e produtividades dos estabelecimentos rurais agrupados pelo critério tamanho do estabelecimento.

Tamanho do estabelecimento	Concentração (%)	*	Produtividade (kg/ha)	*
Minifúndio	67,61	a	216,02	a
Pequena	53,02	b	197,36	b
Média	45,27	c	177,53	c
Grande	32,24	d	176,70	c

Fonte: Cadastro de produtores (CEPLAC, 2007a).

\* médias seguidas pelas mesmas letras não diferem significativamente entre si de acordo com o teste de Tukey a 5% de probabilidade.

A classificação dos estabelecimentos rurais quanto ao regime de propriedade da terra em propriedade patronal, familiar, empresarial e lote em assentamento de reforma agrária revelou que a categoria mais freqüente na região é a propriedade patronal. O número de estabelecimentos familiares, no entanto, pode estar subestimado, pois o procedimento de identificação foi limitado àqueles que possuíam vínculos com associações rurais. Dessa forma, essa categoria pode ter sido computada erroneamente na propriedade patronal, uma vez que podem existir produtores familiares que não participam de associações.



A maior área média do estabelecimento foi exibida pelas propriedades de empresas, seguido das propriedades patronais, propriedades familiares e lotes em assentamentos. Estas duas últimas categorias apresentaram áreas médias do estabelecimento inferiores ao módulo fiscal da região, que é de 20 hectares. Um estabelecimento com área inferior ao módulo fiscal de uma determinada região (minifúndio) é considerado insuficiente para garantir a manutenção do agricultor e de sua família e seu progresso social e econômico.

Observa-se que o fator de produção terra concentrou-se nos estabelecimentos patronais e de empresas, estando aqueles familiares e os lotes em assentamentos rurais, que representam em conjunto 12% dos estabelecimentos, restritos a 4% da área total da amostra.

A contribuição para a produção total de cacau por parte dos estabelecimentos de empresas foi mais que proporcional à percentual de área ocupada pelo cultivo de cacau pelas mesmas, ou seja, detinham 6% da área de cacau total e contribuíram com 6,6% da produção total (0,6% a mais). Isso pode estar associado a uma maior intensidade no uso dos fatores de produção nesse tipo de estabelecimento.

Tabela 3. Principais características de categorias de estabelecimento rural classificadas com base no critério regime de propriedade da terra (total = 8.873 estabelecimentos).

<b>Categoria de Lote</b>	<b>Familiar</b>	<b>Patronal</b>	<b>Empresarial</b>
<b>estabelecimento rural/</b>			
<b>Características</b>			
Número de estabelecimentos (porcentagem relativa ao total)	465 (5,2)	604 (6,8)	7673 (86,5)
Área estabelecimentos (ha) (porcentagem relativa ao total)	11.522,5 (2,2)	9.616,24 (1,8)	479.109,07 (89,3)
Área cacau (ha) (porcentagem relativa ao total)	4.745,80 (2,0)	3.139,51 (1,3)	212.292,38 (90,7)
Produção de cacau (kg.ano) (porcentagem relativa ao total)	738.402 (1,8)	601.020 (1,4)	37.457.029,5 (90,2)
Área estabelecimento (ha) média	9	16	63
Área média cacau (ha)	4	5	28
			275
			107

Fonte: Cadastro de produtores (CEPLAC, 2007a).

Os estabelecimentos familiares e patronais apresentaram as menores concentrações médias na cultura do cacau em relação às outras categorias (Tabela 6). Nos outros dois tipos de estabelecimentos, a concentração de terra na cultura do cacau esteve acima de 50%, sendo que a média mais elevada foi apresentada pelas empresas. Apesar da categoria lotes em assentamentos de reforma agrária possuir características mais próximas ao do estabelecimento familiar, esta mostrou a segunda maior concentração no cacau. Isto decorre do fato dos lotes em assentamentos de reforma agrária, em sua maioria, terem sido implantados por meio do parcelamento de grandes propriedades cultivadas com cacau. A categoria lote em assentamento de reforma agrária apresentou o menor nível de produtividade, diferindo significativamente das outras categorias ( $P < 0,001$ ), que, a sua vez, não diferiram significativamente entre si.

Tabela 4. Médias de concentração e produtividade em cada categoria de estabelecimento rural (total = 8.873 estabelecimentos).

<b>Categoria de estabelecimento</b>	<b>de Concentração</b>	<b>*</b>	<b>Produtividade</b>	<b>*</b>
Lote	53,41	b	181,08	b
Familiar	37,84	c	233,57	a
Empresarial	57,45	a	191,55	a
Patronal	33,73	d	236,15	a

Fonte: Cadastro de produtores (CEPLAC, 2007a).

\* médias seguidas pelas mesmas letras não diferem significativamente entre si de acordo com o teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Os dados referente à coleta de dados em campo por meio de 153 entrevistas realizadas, demonstraram uma realidade não muito diferente.

A análise dos dados dos questionários aplicados em 153 estabelecimentos rurais de oito municípios permitiu aprofundar a caracterização dos estabelecimentos rurais obtida anteriormente (Gráfico 1). Dentre os 153 entrevistados, 56 eram administradores, 46 eram proprietários, 35 eram parceiros, 9 eram empregados e 7 eram assentados. Com a incorporação da variável tipo de mão-de-obra empregada predominantemente no estabelecimento (assalariada, familiar ou em regime de parceria), a categoria propriedade patronal foi dividida em duas, obtendo-se, assim, um total de cinco categorias de estabelecimentos rurais: propriedade familiar com mão de obra familiar; lote em assentamento de reforma agrária com mão-de-obra familiar; propriedade patronal com mão-de-obra em regime de parceria, propriedade patronal com mão-de-obra assalariada e propriedade de empresa com mão-de-

obra assalariada. Em todos os tipos de estabelecimentos a produtividade média classificou-se no nível baixo (177 kg/hectare) e a concentração média foi alta (57%), corroborando os resultados da análise anterior. No entanto, deve-se ressaltar que os resultados para o indicador produtividade diferiram da análise da amostra anterior. Nessa amostra, os lotes em assentamento rural obtiveram a segunda mais elevada produtividade (Tabela 5).

Tabela 5. Principais características dos 153 estabelecimentos rurais visitados durante pesquisa de campo.

<b>Categoria de estabelecimento rural/ Características</b>	<b>de Lote</b>	<b>Familiar</b>	<b>Patronal em parceria</b>	<b>Patronal assalariada</b>	<b>Empresarial</b>
Número de estabelecimentos	7	14	67	61	4
Área cacau (ha) (Porcentagem relativa ao total)	35.5 (0,55)	156,5 (2,45)	2.232,9 (34,95)	3.079,4 (48,20)	881 (13,8)
Produção (kg.ano) (Porcentagem relativa ao total)	10.84 5 (0,88)	21.300 (1,8)	298.755 (25,44)	554.715 (47,2)	349.500 (29,72)

Fonte: Dados de questionários aplicados em 153 estabelecimentos rurais.

Os estabelecimentos patronais com mão-de-obra predominante em regime de parceria foram o tipo de estabelecimento rural mais representativo na amostra, com 43,8% do total de estabelecimentos ou 67 estabelecimentos. Esses estabelecimentos eram frequentemente dirigidos pelo parceiro, mas o administrador e o proprietário, com menor freqüência, também desempenhavam essa função. Os parceiros ou meeiros são agricultores que cultivam em áreas de terceiros em troca de parte da produção, em geral 50%. A mão-de-obra em regime de parceria era pouco adotada nos estabelecimentos rurais da região entre os anos de 1997 e 1998, prevalecendo a mão-de-obra do tipo assalariada. No entanto, com a continuidade da crise da lavoura cacauera, esta relação de trabalho foi sendo intensificada, tornando-se na atualidade, de acordo com o levantamento realizado nesse estudo, a forma de mão-de-obra predominante nas propriedades patronais da região. Nos estabelecimentos patronais com mão-de-obra predominantemente assalariada é o administrador que com mais freqüência ocupava a função de dirigente.

O fato dos parceiros não possuírem o título de propriedade da terra na qual trabalham pode representar um fator que contribui para a produção de sistemas de cultivo de cacau pouco sustentáveis, uma vez que esses possuem

menor motivação para promover práticas de produção agrícola sustentáveis em relação às práticas intensivas que dão um retorno a curto prazo. O regime de parceria também pode afetar a reprodução social das famílias parceiras enquanto a renda gerada com sua mão-de-obra deve ser dividida com o proprietário da terra.

Em relação ao grau de diversificação econômica dos estabelecimentos visitados, observou-se em 84,6% dos casos (126 de 149 entrevistados) uma elevada dependência econômica na cultura do cacau. Cabe mencionar que 40% (59 de 149 entrevistados) dos estabelecimentos visitados afirmaram não adotar nenhuma outra atividade econômica além do cultivo de cacau e mesmo entre os estabelecimentos (90 de 149 ou 60%) que praticavam a diversificação agrícola, em 78,8% (67 de 85 entrevistados) desses, a produção de cacau assumia o maior peso na renda gerada no estabelecimento em relação à renda derivada de outras atividades.

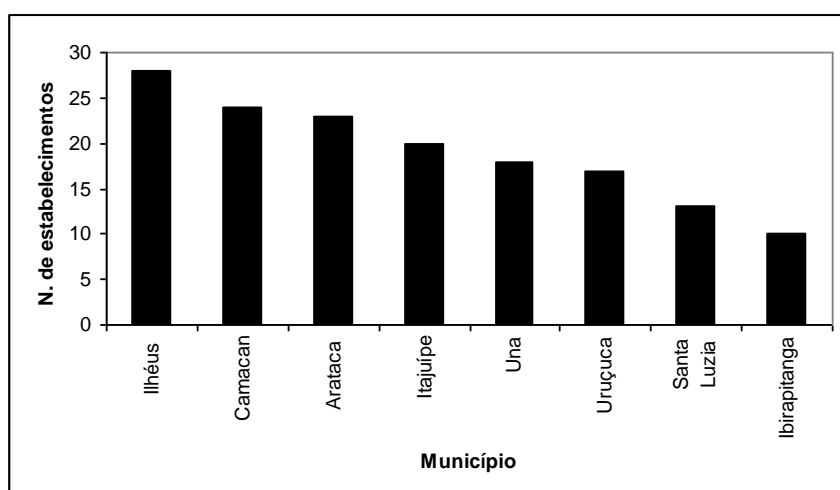


Gráfico 1 - Número de estabelecimentos rurais visitados por município.

Fonte: Dados de questionários aplicados em 153 estabelecimentos rurais.

As atividades alternativas ao cultivo do cacau adotadas nos estabelecimentos visitados que mais se sobressaíram foram em ordem decrescente: heveicultura, pecuária, cultivo de banana e cafeicultura. As categorias de estabelecimentos rurais que demonstraram uma maior percentual de unidades que diversificam sua produção agrícola foram os lotes em assentamentos (100%) e os estabelecimentos familiares (71,4%), seguido daqueles patronais com mão-de-obra assalariada (61%) e em regime de parceria (55%) e, por último, as empresas (50%). Esse resultado confirma uma tendência da grande propriedade do tipo *plantation*, representado aqui pelo modelo adotado pelas empresas, de diversificar menos com o plantio de culturas de subsistência ou destinadas ao mercado local em relação à pequena propriedade familiar, onde o proprietário normalmente reside na propriedade. No entanto, com a decadência da lavoura cacauzeira, todos os tipos de estabelecimentos

passaram a adotar a estratégia de diversificação em maior ou menor medida, ainda que o cacau permaneça, na maioria dos casos como visto anteriormente, sendo a principal atividade agrícola.

A maior parte dos entrevistados (72,1% ou 106 de 147) se mostrou favorável à diversificação agrícola. A diversificação agrícola é considerada uma estratégia efetiva para a redução de riscos associados a condições adversas de clima e mercado, a que os monocultivos estão submetidos. Este poderia ser, portanto, um indicador de maior autonomia do produtor frente às oscilações de preço e adversidades climáticas. No entanto, nesse estudo para a avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção de cacau nas diferentes categorias de estabelecimentos rurais computaram-se no índice somente aqueles indicadores ligados ao sucesso e manutenção da produção de cacau. Dentre as atividades agrícolas de maior interesse para a diversificação, destacaram-se a heveicultura (21% de 221 citações), cafeeicultura (17%), pecuária (12%) e os cultivos de pupunha (9%), banana (9%) e açaí (6%).

Apenas 69 dos 153 entrevistados informaram sua renda mensal. Desses, 20,3% (14 de 69 entrevistados) declarou receber menos de um salário mínimo por mês, 71% (49 de 69) recebia entre 1 e 2 salários mínimos, 5,8% (4 de 69) recebia de 2 a 4 salários mínimos e apenas 2,9% (2 de 69) auferia renda acima de 4 salários mínimos. Nos estabelecimentos patronais que utilizavam a parceria como mão-de-obra predominante houve o maior número de entrevistados, parceiros e administradores, que percebiam uma renda mensal inferior ao salário mínimo. Trinta e dois por cento (7 de 22) dos parceiros e 9,4% (3 de 32) dos administradores obtinham uma renda mensal inferior ao salário mínimo. Isso indica que a distribuição dos benefícios provenientes dessa categoria de estabelecimento precisa ser melhor distribuída e/ou que são necessários maiores investimentos em sua produção para incrementar a renda gerada.

Identificou-se que há uma grande disparidade entre as categorias de estabelecimentos rurais no acesso à assistência técnica. Do total de 149 estabelecimentos, 58,4% não recebia nenhum tipo de assistência técnica. Destes, os menos assistidos tecnicamente foram os estabelecimentos patronais com mão-de-obra em regime de parceria (24,2%) e as propriedades familiares (28,7%) enquanto os mais assistidos foram as empresas (100%), que possuíam geralmente assistência técnica própria, os lotes em assentamentos (85,7%), que contavam com técnicos agrícolas de organizações não governamentais e de organizações contratadas pelo governo e os estabelecimentos patronais com mão-de-obra assalariada (52,5%).

Deve-se destacar também a deficiência educacional da maior parte dos dirigentes dos estabelecimentos, principalmente dos parceiros, o que também pode ser um fator limitante à promoção da viabilidade econômica do sistema de produção, uma vez que pode interferir no acesso à informação e no aprendizado de novas técnicas de manejo necessárias à recuperação do

agroecossistema. Uma porcentagem significativa dos parceiros (45,5%) entrevistados era analfabeta. Para administradores, assentados e proprietários de estabelecimentos familiares e patronais a proporção de analfabetos foi menor, sendo de 23,2, 14,3 e 13,6%, respectivamente. De fato, a categoria de estabelecimento rural que exibiu a menor média de anos de estudo de seu dirigente foi a patronal com mão-de-obra em regime de parceria (2,8 anos de estudo), seguido daquela familiar (3,1), empresarial (3,5), lotes (4,0) e patronal com mão-de-obra assalariada (4,1).

Nas propriedades de empresas e propriedades patronais com mão-de-obra assalariada, a forte dependência econômica do estabelecimento rural no cultivo de cacau foi amenizada pelo fato do proprietário, em 100 e 74% dos casos respectivamente, possuir fontes de renda alternativas não-agrícolas e os empregados do estabelecimento receberem um salário mínimo mensal, independente do desempenho econômico do estabelecimento. Os proprietários dos estabelecimentos patronais com o regime de trabalho em parceria em 72% dos casos também possuíam ofícios não vinculados ao estabelecimento rural. De fato, a maior parte dos proprietários dos estabelecimentos patronais e empresariais não eram agricultores, mas desempenhavam outras profissões como funcionários públicos, profissionais autônomos (comerciantes, empresários) e liberais (médico, advogado, agrônomo, etc). Portanto, sua principal fonte de renda provinha de fora do estabelecimento rural. Dessa forma, esses estabelecimentos têm mais chances de se manter economicamente em relação àqueles nos quais seus proprietários não possuem fontes de renda externas ao estabelecimento agrícola.

Por outro lado, 92% dos proprietários de estabelecimentos familiares e 80% daqueles de lotes, não possuía outras fontes de renda, além daquela proveniente da produção agrícola do estabelecimento rural. É interessante notar que nesses dois tipos de estabelecimentos, que possuíam uma menor disponibilidade de fontes de renda externa ao estabelecimento em relação aos outros estabelecimentos, identificou-se que a prática da diversificação agrícola era mais disseminada.

Com base nestes resultados e os resultados do ICV que demonstraram ser muito subjetivos para a tomada de decisão, foi formado um GT Cacau a partir da primeira oficina de apresentação dos resultados do projeto, essa ação ajudou na qualificação de uma política pública de combate a pobreza associada a cacauicultura, “Cacau Para Sempre” no âmbito do programa Vida Melhor, para cinco territórios de identidade com foco maior no Litoral Sul.

## 7 – Análise Integradora de Indicadores

- **Relações entre indicadores: Identidade, gestão, capacidades institucionais e ICV**

A relação histórica estreita existente entre a população residente no território e suas características ambientais desencadeou toda a dinâmica resultante atualmente. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Litoral Sul - PTDRS (2011), que traz elementos históricos e culturais relevantes a ser considerada para a compreensão dos dados identificados por este estudo, nos primórdios da colonização a exploração do pau-brasil (*Caesalpineia echinata*), foi o principal produto que servia para troca entre índios e produtos trazidos pelos colonizadores.

Além disso, o clima quente e úmido do litoral prestava-se para o plantio da cana, produto de grande valor na Europa. As terras férteis nas cercanias da vila de São Jorge dos Ilhéus foram conquistadas aos índios tupiniquins para o plantio, onde foi implantado o primeiro engenho de cana-de-açúcar do Brasil – Engenho de Santana.

Contudo, a topografia acidentada representou uma forte barreira à ocupação e instalação do cultivo da cana-de-açúcar. Pode-se dizer que esta foi a razão mais forte para a manutenção da cobertura vegetal original de Mata Atlântica naquela época. Mas adiante, em 1746, a cacauicultura foi introduzida na Bahia e logo foi identificada como vocação e, posteriormente, tornou-se forte fator de identidade da região.

O início das plantações de cacau neste território se deu dentro da Mata Atlântica, na qual foram feitas as “roças” à sombra de jacarandás, vinháticos, cedros, pitiás, ipês, maçarandubas, paus-d’arco, jequitibás, sapucaias, sucupiras, gameleiras, caobis, louros, num sistema de plantio que ficaria conhecido com o nome de Cabruca. E foi este sistema, Cabruca, que colaborou para a preservação de remanescentes de Mata Atlântica neste território baiano.

Neste contexto o Território Litoral Sul, está inteiramente ligado à própria expansão da cultura do cacau, principalmente pela vinda de nordestinos fugidos da seca e a perspectiva do encontro de terras aptas e devolutas, o que ocorreu em toda região. Mas aliados também às vocações agrícolas e este território possui comunidades quilombolas, indígenas, marisqueiras entre outros povos e comunidades que configuram a riqueza cultural, e que tem seu meio de vida baseado no uso dos recursos naturais, agravando ainda mais complexidade para o estabelecimento de uma política pública comum e adequada para todos.

A partir de 1993 com a crise da Lavoura Cacaueira devido à praga da Vassoura de Bruxa a região, segundo ARAÚJO, 1998, dentre as fases cíclicas de ascensão e queda pelas quais passou a Cacauicultura baiana nas últimas décadas, a região passou a viver uma crise que pode ser classificada como

das mais sérias, com causas e efeitos nos campos econômico, social e ambiental.

Contudo, esta mesma crise aliada a vocação natural do território a agricultura familiar trouxe mudanças nos aspectos organizacionais sociais e econômicos deste recorte identitário e cultural chamado Território Litoral Sul. Após a queda da produção do cacau, muitos moradores da zona rural deste tiveram que migrar para as cidades polos, Itabuna e Ilhéus, para buscar a sobrevivência. Nesse sentido, é relevante destacar que os antes trabalhadores rurais da lavoura cacauzeira agora, nesta conjuntura, passam a integrar uma massa de mão de obra sem qualificação para serviços urbanos migrando e constituindo as periferias destes municípios. Apesar disto, como demonstrado pelos índices deste estudo, a identificação com agricultura incentivou os pequenos agricultores que permaneceram na terra a diversificarem suas produções, cuidando além da lavoura cacauzeira de plantações banana, seringa, mandioca entre outros.

Apesar crise do cacau representar inicialmente para muitos fazendeiros e para a sociedade da época um problema para economia local, foi também um marco para um novo processo de organização social e econômico do território. Os antes trabalhadores da lavoura cacauzeira, passam a ser protagonista no processo de criação de instituições e movimentos que iriam contribuir com uma nova conjuntura socioeconômica que apesar das dificuldades favoreceram para o fortalecimento e afloramento da identidade local. Neste contexto, a política de territórios contribuiu para a valorização e fortalecimento da identidade e cultura local do Território Litoral Sul. Favorecendo para a integração dos diferentes povos e comunidades que compõe este território.

Mesmo com a problemática de se constituir uma política unificada para os interesses e melhorias da realidade territorial, o estabelecimento da política de território criou um processo que coloca os diferentes segmentos no cerne dos debates da política pública e na definição dos encaminhamentos e tomadas de decisões do Estado. A partir desta política, as representações sociais se viram motivadas a fortalecer suas organizações para garantir uma articulação e organização mínima para começar a intervir nas políticas públicas. Bem como, obrigou que gestores públicos repensassem e compreendessem a importância dos espaços de decisão participativa. Entretanto, observa-se a partir dos dados levantados neste estudo que as capacidades institucionais e de gestão dessas entidades, ainda se encontram em fase de formação.

Apesar da Política de Territórios favorecer gestão compartilhada pelos diferentes segmentos e ter incentivado um processo de organização das instituições e movimentos presentes do Território Litoral Sul, sabe-se que o acúmulo de capital social do território também constitui um fator relevante para a forma em que este processo se estabelece. Cabendo destacar que o PTDRS (2011) deste território indica um índice de 40% dos residentes da zona rural não sabe ler nem escrever. E que os gestores públicos em muitos municípios são em sua maioria filhos ou fazendeiros de cacau que por muito tempo definiram os destinos da região sem intervenção do povo. E para a tomada de decisão e de encaminhamentos para subsidiar a melhoria da gestão territorial o nível de capital social que este território possui é um elemento essencial, pois



permite compreender alguns aspectos de como se dá a organização social, a confiança entre os pares, as normas e sistemas que contribuem para aumentar ou não a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2007).

Os dados identificados pela pesquisa apontam que ainda que a sociedade civil participe, os membros das instituições tem alta rotatividade, o que impede o acúmulo de informações, histórico e entendimento dos avanços e retrocessos da política territorial. Em relação à participação do poder público ainda é deficiente, entretanto reflete a realidade de uma região que se constitui inicialmente no modelo pouco participativo e mesmo com a existência de conselhos municipais em algumas áreas, a proposta da política territorial se constitui uma mudança de paradigma que exige tempo e habilidade para a ampliação do entendimento pelo poder público e até mesmo sociedade civil da necessidade de se construir um espaço participativo e eficaz de decisões que definirão o destino não de um município, mas de um recorte identitário que reflete a realidade de povos e comunidades que tem em si problemas e potencialidades em comum. Entretanto, de acordo com o colegiado a ausência do poder público pode ser um dos agravantes para alguns impedimentos da tomada de decisão qualitativa pelo colegiado territorial.

Neste aspecto, as instituições governamentais ainda carecem de compromisso e de metodologias adequadas para trabalhar com a política territorial e com a participação popular. Em contraponto, as instituições da sociedade civil ainda precisam de acúmulo de competências para colaborar com o processo participativo, o desenvolvimento e a gestão territorial. E de conhecimento para definir projetos, articular parcerias, executar ações que podem contribuir com o estabelecimento de respostas para as demandas territoriais, bem como para sanar questões de cunho socioeconômico. Desta forma, as parcerias entre a gestão pública e a sociedade civil podem favorecer para que os dois segmentos aprendam a estabelecer um processo eficaz de construção e execução das políticas públicas capazes de oferecer melhorias para as condições de vida das comunidades.

Além disso, o território possui uma identidade principalmente com agricultura familiar, mas o estudo aponta a baixa participação destes agricultores no colegiado territorial. O que pode estar agravando ainda mais a problemática da baixa produtividade, visto que estes podem não ter acesso a políticas públicas que subsidiariam um melhoramento da produção e da qualidade de vida destes. Este estudo identificou ainda o principal meio de comunicação seria a internet o que é um ponto desfavorável para a sensibilização e envolvimento deste público, visto que muitos destes agricultores não têm acesso à internet, ou ao menos sabem ler.

Assim, mesmo com toda diversidade e potencialidade natural e cultural do Território Litoral Sul a falta de parceria entre os diferentes segmentos sociais tem contribuído para a não melhoria da base de serviço, acesso a determinados programas do governo, falta de qualidade dos projetos, dentre outros problemas deste território. Ainda, a falta de articulação entre instituições governamentais e não governamentais impede encaminhamentos adequados,

melhor qualificação na execução das políticas públicas e a produção de projetos que auxiliem a ampliação de vocações baseadas na agricultura familiar, no turismo, no beneficiamento de frutas, na apicultura entre outros, fortalecendo ainda a dependência da agricultura na produção de cacau.

- **Observações e análise do TR:**

O contexto onde se encontra inserido o Território Litoral Sul da Bahia reflete uma realidade em que os atores sociais envolvidos na política territorial se encontram esperançosos, mas requerem um direcionamento mais objetivo da organização e gestão territorial para a tomada de decisões e encaminhamentos de soluções e consequente melhoria na qualidade de vida socioeconômica e ambiental territorial.

## **8 - Propostas para ações no Território Litoral Sul da Bahia**

Diante da realidade socioeconômica e cultural do território propõem-se abaixo algumas o estabelecimento e ou ampliações de programas, projetos, ações e pesquisas orientadoras para o desenvolvimento sustentável territorial:

### **1. Articulação estadual para inclusão da cadeia produtiva do cacau**

Apesar da crise da lavoura cacaueira, os agricultores familiares se identificam com a produção de cacau. Contudo, compreendendo a nova dinâmica e necessidade de apoio técnico foi criada um programa de inclusão sócio produtiva para a Cacaucultura, aliada também a outros cultivos tropicais em consórcio, na forma de sistemas agrofloretais, através do Programa Cacau Para Sempre, criado como sub-programa do Vida Melhor, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) da Bahia. Objetivando que a agricultura familiar receba orientações técnicas, acompanhamento e avaliação da produção, aprendizado de novas práticas adequadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, beneficiamento de matéria prima entre outros.

Além disso, já existem no território alguns experimentos que sinalizam a importância para a agricultura familiar de beneficiar o cacau, fabricando chocolates e produtos advindos desta matéria prima que podem melhorar os ganhos dos pequenos agricultores, assim como, melhoria na qualidade da amêndoa, dinamização dos processos produtivos e comerciais territoriais. A criação de produtos a partir do cacau também poderiam constituir novos potenciais para o acesso a programas como o PNAE.

Apesar do programa já estabelecido observa-se a necessidade em articular outros órgãos governamentais que otimizem as potencialidades históricas, culturais e naturais existentes no território. O território tem atrativos naturais que aliados à produção do cacau, ao imaginário do cacau e do povo que constitui o território, aliada a histórias contadas por muitos livros, filmes, novelas e produções, podem colaborar com o desenvolvimento do Ecoturismo, Turismo Rural e Turismo de Base Comunitária.

Para tanto, entende-se necessário o estabelecimento de uma articulação entre as instituições governamentais e secretarias relacionadas às temáticas. Para melhor esclarecimento citam-se alguns destes órgãos governamentais que podem colaborar nos encaminhamentos para agregar valor ao produto cacau: IF Baiano, IFBA, CEPLAC, UESC, EBDA, CAR, Secretário de Turismo do Estado da Bahia, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Combate a Pobreza – SEDES.

## **2. Diversificar, integrar, beneficiar e escoar a produção familiar**

Ainda é perceptível a dependência de grande parte dos pequenos produtores pela produção do cacau. Isto pode estar atrelado a questões relacionadas a facilidade de comercialização e escoamento de produção. Atualmente apesar de grande produção de banana no território, muitos dos agricultores questionam a perda dos produtos e baixo preço do produto como móvito de desânimo para continuar a produzir.

Entretanto, durante a pesquisa foi possível identificar algumas outras vocações e já experiências exitosas no território que permitem perceber a possibilidade de difusão de produções de flores tropicais, apicultura, criação de peixes entre outros. Destacam-se também as pequenas produções de licores, cocadas, artesanatos indígenas, produção de doces etc.

Contudo, falta um planejamento e orientação adequada para que os pequenos agricultores ampliem suas produções, melhorem a qualidade de seus produtos, diversifiquem, possam identificar seus mercados e ampliar suas competências para a melhoria de sua produção e escoamento dos produtos.

Apesar de programas como PNAE requerem produtos advindos da agricultura familiar é notável que no Território Litoral Sul existem poucos produtos sem estar em estado “in natura” que podem ser disponibilizados na merenda escolar, no abastecimento de creches, presídios e também na comercialização em mercados. Apesar de alguns programas como PRONAF e Programa Vida Melhor permitir a melhoria da infraestrutura para comercialização de produtos, melhoria da base de serviço e beneficiamento de matéria prima, pouco se tem acesso a estas políticas públicas, sendo essencial a orientação técnica,

acompanhamento e disponibilização de informações para que ocorra a melhoria nas unidades de agricultura familiar.

Neste sentido, compreende-se que uma articulação entre os diversos órgãos poderiam facilitar o estabelecimento de um Programa que conseguisse subsidiar e orientar os pequenos agricultores no planejamento adequado de suas unidades de agricultura familiar. Este acompanhamento poderia oportunizar a ampliação das competências destes produtores, possibilitando assim uma produção mais diversificada e melhor escoamento. Neste mesmo contexto considera-se importante estabelecer articulação entre organizações da sociedade civil, estado e academias para melhor aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais.

Para tanto, as escolas do campo podem ser espaços de formação não somente para os agricultores, mas também para os filhos destes. De modo que estes, tenham informações que sobreponham o conteúdo programático ainda considerado urbano e que auxilie a melhoria da qualidade de vida dele e da família.

### **3. Fortalecimento institucional de organizações sociais do território**

Está previsto a criação de um banco de dados de competências territoriais formado por instituições de pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação e das instituições que compõem o território. Este banco será uma ferramenta para a fortalecer a articulações de parcerias entre os movimentos sociais, organização dos produtores, ONG's, Prefeituras e órgãos governamentais.

Além deste banco de competências acredita-se necessário o oferecimento de formações voltadas para ampliação de competência abrangendo as seguintes temáticas: produção de projetos; captação de projetos; organização institucional; gestão territorial; execução e prestação de contas de recursos; acesso a políticas e programas governamentais. Para tanto, nota-se importante ser estabelecido uma parceria do território com as instituições de ensino, pesquisa e tecnologia do território. De modo a oportunizar o oferecimento de algumas formações, bem como melhorar a qualidade técnica das instituições que compõe o território, aperfeiçoar a gestão territorial participativa, viabilizar o acessos a programas governamentais, otimizar as oportunidades, bem como minorar as dificuldades para o planejamento territorial e execução de modo qualificado das políticas públicas.

### **4. Articulação das secretárias municipais de agricultura;**

Foi criado sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão da UESC um fórum de articulação envolvendo as secretárias municipais de Agricultura e Meio Ambiente. Este fórum terá como objetivo integrar as ações regionais com os municípios e os territórios. No entanto, é notável a necessidade de sensibilização dos gestores públicos a necessidade de

criação das secretarias e também da disponibilização de infraestrutura para operacionalidade das mesmas.

Ainda considera-se relevante propor-se formações específicas para os responsáveis por essas secretarias nos municípios. De modo a contribuir para uma melhoria nos acessos as políticas públicas disponíveis aos municípios, assim como melhor qualificação na execução das mesmas. Neste sentido, a UESC já vem oferecendo cursos para formação em incubadoras públicas e PAA.

#### **5. Modelo de silvicultura tropical;**

O programa Cacau Para Sempre contempla o incentivo ao plantio de espécies florestais nativas em consórcio com o cacau. No entanto é necessário estruturar melhor um programa que permita o aprofundamento na temática e potencialidade territorial, pesquisa, extensão e a infraestrutura para um encaminhamento adequado da Silvicultura. Acredita-se que assim com as demais temáticas a articulação de diferentes órgãos pode colaborar para tais encaminhamentos.

#### **6. Crédito rural;**

Com as mudanças na linha Pronaf Floresta, espera-se trabalhar fortemente com esta linha de crédito para a recuperação de áreas decadentes de cacau, da floresta e com isso favorecer melhor utilização da biodiversidade do território.

#### **7. Estruturar e implantar Unidades de Beneficiamento da amêndoa, produção chocolate e formação de profissionais para produção de chocolate e manejo agroecológico do cacau;**

Foi realizada uma articulação por meio das células no sentido de articular a implantação de um curso superior em agroecologia no IF Baiano Campus Uruçuca. Como também o curso técnico em alimentos já adquiriu equipamentos para a produção de chocolate e deverá formar técnicos de nível médio com este perfil. Além disto, está sendo pensada a formação de uma rede em agroecologia, entre a UESC, IF Baiano Uruçuca e Centro Milton Santos (Assentamento Terra Vista – Arataca – Bahia).

Ainda, no sentido de viabilizar uma melhor utilização da matéria prima cacau, existem diálogos dentro do colegiado territorial que vem considerando a possibilidade de criar escolas fábricas em espaços educativos formais e não formais que permitam formação profissional, sustentabilidade das instituições, melhor qualificação dos produtos territoriais e desenvolvimento socioeconômico para os envolvidos.

Para tanto, considera-se importante o conhecimento de experiências exitosas e realizadas em outras localidades do país. Bem como trocas de vivências em comunidades e municípios que já estão conseguindo desenvolver esta proposta.

Inicialmente considera-se importante a articulação de diferentes instituições governamentais que podem colaborar para o

amadurecimento da proposta e posteriores encaminhamentos. Dentre estas, além das instituições já citadas acrescenta-se: Secretaria Estadual de Educação juntamente com a Superintendência de Educação Profissional, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Combate a Pobreza, CAR, Instituto Cabruca, ECOBAHIA, Fórum de Economia Solidária e outras instituições que já trabalham com a temática.

## **8. Criação do Núcleo Técnico de Projetos e formações**

É notável a necessidade inicial de articular parcerias com diferentes instituições que tenham diferentes competências para a formação de um núcleo de apoio ao território que viabilize a produção de projetos para sanar demandas do Território Litoral Sul e possa criar um banco de projetos base. Bem como, ofereça formações para o colegiado territorial que auxilie o empoderamento e emancipação das instituições, povos e comunidades que compõe este território. Para tanto, sugere-se a articulação entre UESC, EBDA, IF Baiano, IFBA para a criação deste núcleo.

Inicialmente é perceptível que para sanar demandas mais urgentes o núcleo poderia a partir das demandas estabelecidas pelo colegiado construir projetos para o desenvolvimento territorial. Entretanto, para a autonomia gradativa do Colegiado territorial é essencial pensar estratégias de formação.

## **9. Fortalecimento das Câmaras Temáticas**

O colegiado atualmente conta com as seguintes câmaras temáticas: mulheres, base de serviço e comercialização e cultura. E está em processo de formação de educação. Estes grupos são compostos por diferentes segmentos e permitem um mapeamento da realidade territorial, otimização das competências institucionais e melhor dinamização dos encaminhamentos.

No entanto, é notável a necessidade de mediação e orientação de encaminhamentos, orientação metodológica, disponibilização de informações de programas específicos que podem atender demandas referentes as temáticas e formação para os componentes voltados para a gestão territorial, gestão de grupos, metodologias participativas etc. Além disso, estas câmaras possuem pouca condição de construção de projetos. Desta forma o Núcleo técnico de projetos poderia colaborar com a produção de projetos específicos para atender as necessidades territoriais para cada temática.

## **10. Melhoria da Educação formal e informal**

É relevante destacar a necessidade de melhorias na educação formal do território. É notável e desde a infraestrutura, condições de acesso ao ensino, formação dos educadores não estão conseguindo alcançar a realidade especialmente da diversidade cultural existente. O Território Litoral Sul é composto por índios, quilombolas, marisqueiras, povos do campo entre outros e pouco se vê adequação dos espaços educativos e

processos pedagógicos que favoreçam o amadurecimento educativo a partir das especificidades de cada povo e comunidade, da identidade, da cultura e dos saberes dos diferentes atendidos.

As estradas, transportes públicos e estruturas escolares voltadas para a educação do campo ainda não estão conseguindo dar suporte aos necessários aprendizados que empodere e dê autonomia à população deste território.

É essencial que as escolas também aliem metodologias e ensinamentos que valorizem desde os cultivos no campo, as formas de tratamentos de saúde e saberes indígenas, a contação de história, artesanatos típicos, etc. Bem como também ofereçam formações profissionais que se adequem as demandas muitas vezes citadas pelo colegiado e pelas próprias políticas públicas. Desta forma percebe-se necessário a ampliação de cursos em: produção vegetal, agroflorestal, turismo, artesanato, apicultura entre outros.

Também percebe-se a necessária ampliação de parceria com as instituições de ensino superior e escolas formais e espaços de educação não formais a partir de programas de extensão que permitam esta parceria para apoiar e alcançar maiores resultados com as ações que já são desenvolvidas nas comunidades.

Existem ainda casos exitosos de ações comunitárias voltadas para a formação e empoderamento dos cidadãos. No entanto, é necessário a melhoria da parceria entre as instituições públicas para otimizarem as iniciativas comunitárias e institucionais voltadas para educação comunitária. Cita-se algumas instituições que vem desenvolvendo trabalhos voltados para educação, cultura, empoderamento e desenvolvimento comunitário: Centro de Educação Milton Santos (Assentamento Terra Vista – Arataca-Bahia), Vila Aprendiz (Distrito de Serra Grande – Uruçuca – Bahia), Casa do Boneco (Itacaré-Bahia), ACAI (Itabuna – Bahia), Escola Agrícola Familiar Margarida Alves (Ilhéus-Bahia), etc.

Ainda, destaca-se a necessidade de compreender as especificidades socioeconômicas urbanas para oferecer uma educação para autonomia do cidadão. Perceber que a maior parte dos residentes das periferias dos municípios deste território são remanescente da Lavoura Cacueira pode favorecer para a compreensão de necessidade de aliar educação a cultura como elemento de fortalecimento identitário, da cultura e de valorização de saberes históricos importantes para a elevação da auto estima de uma população que se constituiu a partir de uma crise. As escolas precisam ser repensadas e adequadas a partir das necessidades socioeconômicas e dos aspectos culturais do Território Litoral Sul.

## **11. Fortalecimento da cultura e identidade do Território**

Nota-se a necessidade de ações que valorizem os aspectos culturais, bem como promovam o fortalecimento da identidade, dos espaços culturais, das tradições e o resgate de alguns patrimônios culturais.

Compreende-se que a cultura e a identidade são recursos essenciais para o estabelecimento de unidade para a gestão territorial participativa, pois o sentimento de pertencimento, de ter valores, aspectos, dificuldades, tradições diferentes e similares que compõe a diversidade de um território tão rico pode promover o entendimento de necessária construção de um espaço comum, desenvolvido e igual para os povos e comunidades que compõe o Território Litoral Sul.

Neste sentido, o articulador cultural da Secretaria de Cultura que atua no território é um parceiro importante e pode colaborar diretamente com a criação junto a Câmara de cultura de ações, projetos e encaminhamentos que oportunizem o fortalecimento cultural territorial. Cabe destacar que espaços que seriam de grande importância para valorização cultural, para manutenção da história, educação comunitária ainda não tem a devida atenção e ou utilização. Pode-se citar: Museu do Cacau em Ilhéus, Rio de Engenho (sítio arqueológico), Parque Estadual Serra do Conduru, as aldeias indígenas etc.

## **12. Melhoria das Feiras Livres**

As feiras livres sempre foram espaço importante para o Território Litoral Sul, contudo com a chegada de grandes mercados este espaço de comercialização e fomento da cultura se enfraqueceu. A baixa qualidade dos produtos, aliada a baixa produtividade de alguns itens e a falta de estrutura adequada das feiras livres faz com que muitos optem por não utilizar mais esses espaços.

Apesar disso, as feiras ainda são os espaços mais utilizados pela agricultura familiar para comercializar seus produtos. Assim, é de grande relevância se pensar o valor destes espaços para a dinamização e comercialização da produção no território.

Percebe-se de suma importância que seja repensado os espaços de feira livre, que seja melhorada a infra estrutura, pois muitas delas não contam com limpeza pública adequada, banheiros públicos, sinalização ou nenhuma estrutura que subsidie o oferecimento de um espaço que atraia os clientes. Apesar disto, em muitos municípios a feira é uma tradição, contudo em sua maioria precisa ser fortalecida e valorizada a partir de ações que apresentam aos consumidores o papel destes espaços na conjuntura social e cultural de suas comunidades.

Para tanto, acredita-se que a integração entre diferentes instituições que atuem com melhoria da comercialização, melhoria da produção, infraestrutura pública, cultura entre outros segmentos podem colaborar com o fortalecimento deste espaço de saber e fazer do Território Litoral Sul. Destaca-se nesse sentido o Fórum de Economia Solidária, o Fórum das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, o Fórum de Agentes e Gestores Culturais, aliados a secretarias específicas para estabelecer uma ação que atenda esta demanda.

Cabe destacar que atualmente alguns municípios já tem conseguido realizar a Feira da Agricultura Familiar a partir de articulações do Colegiado territorial com secretarias do estado.



O colegiado aponta outras temáticas que precisam ser pensadas para posteriores encaminhamentos:

- Fortalecimento e aperfeiçoamento do artesanato;
- Quantificação dos Serviços Ambientais nas áreas de cacau;
- Licenciamento das áreas de agricultura familiar;
- Regularização fundiária das áreas de ocupação tradicional (indígenas e quilombolas) e reforma agrária;
- Planejamento de ocupação fundiária com IBAMA, ICMBio, INCRA, Estado, FUNAI e Território;
- Articulação do Território com Estado para apoiar a gestão do Colégio Milton Santos;
- Produção e popularização da bioenergia (biodigestores e biogás).

## 9 – Anexos – Validação de Instrumentos e Procedimentos

### AValiação Qualitativa

1. Síntese dos problemas identificados, no confronto entre as resposta da pesquisa e a avaliação *in loco*. De um total de 27 estabelecimentos amostrados, distribuídos em seis municípios do Território Litoral Sul da Bahia, para desenvolver uma avaliação qualitativa da pesquisa em termos do ICV da famílias envolvidas com a produção agrícola, sintetizou-se em três categorias de problemas na pesquisa desenvolvida pelo SGE/MDA:

- Problemas referentes ao instrumento de coleta de dados;
- Problemas referentes ao entrevistador;
- Problemas referentes à mudança de resposta entre a pesquisa e a avaliação.

#### 1.1 Problemas referentes ao instrumento:

a) Consideremos uma situação em que o proprietário do imóvel reside na unidade e toma conta do mesmo com sua família, e a maior parte dos rendimentos provenha da venda de produtos do estabelecimento. Neste caso, o instrumento de coleta se aplica sem problemas, desconsiderando os problemas de interpretação da linguagem utilizada que enseja, às vezes, múltiplas interpretações ou não é acessível ao trabalhador do campo.

b) Consideremos uma situação em que o proprietário do imóvel reside na unidade e toma conta do mesmo com sua família, mas a maior parte dos rendimentos não provenha da venda de produtos do estabelecimento. É o caso quando os ganhos da família advêm de aposentadoria, benefício por invalidez, bolsa família e outros. Os ganhos da venda de alguns produtos do estabelecimento complementam a renda. Neste caso, de acordo com o instrumento da pesquisa, a unidade agrícola é desqualificada (erroneamente) como agricultura familiar, porque a maior parte do ganhos provém de fonte que não a produção agrícola.

c) Consideremos uma situação em que o proprietário do estabelecimento não mora nele, e as atividades são conduzidas por trabalhadores assalariados que passam a semana ou mais dias no imóvel. Quem respondeu o questionário foi um trabalhador que responde pelo imóvel, as respostas não se aplicam a sua família. A começar pela pergunta: “Você tem alguma produção no seu domicílio ou estabelecimento?” A resposta deveria ser “Não”, uma vez que o estabelecimento não é do trabalhador. À pergunta “Quem trabalha nessa produção é principalmente a família?”, a resposta deveria ser “Não”. À pergunta “Tem até dois empregados permanentes?”, a resposta “Sim”, quando existem apenas dois trabalhadores assalariados e nenhum da família do proprietário, não pode tipificar uma unidade familiar. Este item nunca deve ser um valor absoluto, mas um valor relativo ao total de trabalhadores no estabelecimento. Isto, para dois trabalhadores assalariados no imóvel de vê haver, pelo menos três trabalhadores da família para tipificar uma unidade familiar. Nesta situação, talvez a falha do instrumento é não prever a opção “não se aplica”.

## 1.2 Problemas referentes ao entrevistador

Este é o caso quando o entrevistador assinala erradamente a resposta, como nos itens vii, ix e xii, em que o informante (trabalhador) tem alguma produção no seu estabelecimento, ou que quem trabalha nessa produção é principalmente a família do trabalhador, ou ainda é a família do mesmo que

administra o estabelecimento. O erro consiste no fato de que a pergunta pressupõe que o informante seja o proprietário do estabelecimento. Não sendo o proprietário o informante, a resposta deveria ser “Não” (0).

### 1.3 Problemas referentes à mudança de resposta

É de se esperar que respostas que expressam opinião do informante podem mudar no tempo, em função do estado emocional do informante, da avaliação que o informante faz à pergunta formulada, ou em função de novas informações que o informante adiciona aos seus conhecimentos. Assim, quanto maior for o tempo transcorrido entre uma resposta e outra, maior é a probabilidade de haver variação na resposta.

## 2. A generalização dos resultados

Tendo em vista o nível de subjetividade da pesquisa os problemas nela identificados, considera-se que:

a) os resultados obtidos pela pesquisa, no que se refere às condições de vida (ICV), só podem ser usados com extrema cautela e com reserva para a definição de políticas públicas e tomada decisão;

b) os resultados obtidos em um Território não podem ser comparados com os de outro Território e, muito menos, entre Territórios de diferentes regiões do País.